



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Mensagem nº 002/99

Cordeirópolis, 1º de fevereiro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

R E C E B I
EM 02 / 02 / 98
HORAS: 15:10

ASSINATURA

Cumpre-nos encaminhar na presente data, à Vossa Excelência, para a apreciação e deliberação desse Egrégio Legislativo, o incluso Projeto de Lei, desta data, que dispõe sobre a doação à Elektro - Eletricidade e Serviços S.A., da rede de energia elétrica e iluminação pública, do Conjunto Habitacional "Santa Luzia", desta cidade, conforme especifica.

Justificamos a iniciativa, visto que a doação anterior foi para a CESP - Companhia Energética de São Paulo, que devido ao programa de privatização do Governo do Estado, foi substituída pela Elektro - Eletricidade e Serviços S.A., atual geradora e distribuidora de energia elétrica para os municípios paulistas.

Isto posto solicitamos que a presente matéria seja deliberada em regime de urgência nos termos do artigo 53 da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis.

Contando com o inestimável e necessário apoio desse Colendo Legislativo, para a plena aprovação da matéria em questão, renovamos na oportunidade os nossos protestos de elevada consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,


ELIAS ABRAHÃO SAAD
Prefeito Municipal

**A Sua Excelência o Senhor
HAROLDO DE JESUS MENEZES
DD. Presidente da Câmara Municipal de
CORDEIRÓPOLIS - SP.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PROJETO DE LEI Nº 2 DE 1º DE FEVEREIRO DE 1999.

2

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO À ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A., DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DO CONJUNTO HABITACIONAL "SANTA LUZIA", DESTA CIDADE, CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO:

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município de Cordeirópolis autorizado a doar a **ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**, a rede de energia elétrica e iluminação pública, do Conjunto Habitacional "Santa Luzia", desta cidade, tudo conforme croqui de locação em anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei, com encargos de manutenção permanente, às expensas da donatária.

Artigo 2º - O Município adotará as providências de caráter contábil e administrativo, necessários a formalização da desincorporação patrimonial.

Artigo 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1796, de 17 de novembro 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 1º de fevereiro de 1999.


ELIAS ABRAHÃO SAAD
-Prefeito Municipal-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

PRAÇA FRANCISCO ORLANDO STOCCO, 35
Fones (0195) PABX 46-1222 - 46-1057 - Fax (0195) 46-1296 - Cx. Postal 18 - CEP 13.490-970

LEI Nº 1796

DE 17 DE NOVEMBRO DE 1993

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO À CESP-COMPANHIA ENERGETICA DE SÃO PAULO, DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DO CONJUNTO HABITACIONAL "SANTA LUZIA", DESTA CIDADE, CONFORME ESPECIFICA.

JOSÉ GERALDO BOTION - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, em sessão de 16 de novembro de 1993, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município de Cordeirópolis autorizado a doar à CESP-COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, a rede de energia elétrica e iluminação pública, do Conjunto Habitacional "Santa Luzia", desta cidade -- tudo conforme croqui de locação em anexo, que passa a fazer parte integrante desta lei, com encargos de manutenção permanente, às expensas da donatária.

Artigo 2º - O Município adotará as providências de caráter contábil e administrativo, necessários a formalização da desincorporação patrimonial.

Artigo 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 17 de novembro de 1993.


JOSE GERALDO BOTION

-Prefeito Municipal-

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 17 de novembro de 1993.


NELSON MORALES ROSSI

-Secretário-Chefe-

Departamento de Administração



Cordeirópolis, 02 de fevereiro de 1999.

PARECER

Propositura:

Projeto de Lei nº 002 de 02 de fevereiro de 1999, de autoria do Exmo Sr. Prefeito Municipal.

Assunto:-

Dispõe sobre doação a Elektro - Eletricidade e Serviços S/A, da Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública, do Conjunto Habitacional "Santa Luzia", desta cidade, conforme especifica.

Parecer:-

Considerando que, caso seja aprovada a presente propositura, e transformada em Lei, será revogada expressamente a Lei Municipal nº 1796, de 17.11.93, que autorizou a doação à CESP, do mesmo bem móvel, objeto deste Projeto de Lei.

Como a doação não foi concretizada à CESP, deverá ser efetuada nova alienação, desta feita à ELEKTRO, que foi a empresa que assumiu, por privatização, os serviços de distribuição de energia elétrica que estavam sob a responsabilidade da Estatal.

Neste caso, deverá ser cumprido rigorosamente o disposto no artigo 115 da Lei Orgânica Municipal, que estabelece:

Artigo 115 - A alienação de um bem móvel do Município mediante doação ou permuta, dependerá de interesse público manifesto e de prévia avaliação.

Com relação ao interesse público, entendemos que o mesmo esta manifesto, mas não consta dos autos a **PRÉVIA AVALIAÇÃO**, o que conduz a propositura à ilegalidade, pelo não cumprimento da Carta Municipal.

Conclusão:-

S.M.J., entendemos, o presente Projeto de Lei viola o artigo 115 da Lei Orgânica Municipal, sendo, **portanto, ILEGAL.**

Assessoria Técnica Legislativa

Luiz Eduardo Moraes Antunes
Advogado - OAB.SP.68.511



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Nós, abaixo assinados, membros da Comissão Permanente de Avaliação, constituída através da Portaria nº 4067 de 28/01/97, avaliamos *a Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública do Conjunto Habitacional "SANTA LUZIA"*, desta cidade.

Após vistoria "in loco" e baseado nos arquivos do Departamento de Obras e Serviços chegamos ao valor de:

- **R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais).**

Cordeirópolis, 12 de Fevereiro de 1.999

VANDERLEOCIMAR MARANGOM
Eng.º Civil - CREA 06015620508

ANTONIO CARLOS PAGOTTO
Corretor de Imóveis - CRECI SP 28.559

MARCOS APARECIDO TONELOTTI
Técnico em Edificações - CREA 064500462 9

PARECER

Cordeirópolis, 07 de fevereiro de 1999

Senhor Presidente.

Após a emissão de nosso Parecer, que concluiu pela ILEGALIDADE da presente propositura, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal encaminhou a esta Casa de Leis o Laudo de Avaliação, atendendo desta forma o disposto no artigo 115 da Lei Orgânica Municipal, e por consequência levando o Projeto de Lei à LEGALIDADE.

Portanto, após sanada a irregularidade detectada, concluímos que o presente Projeto de Lei nº 002, de 02.02.99, É LEGAL.

Estas São as nossas manifestações.



Luiz Eduardo Moraes Antunes
Advogado - OAB.SP. 68.511



CORDEIRÓPOLIS - SP

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Parecer referente ao Projeto de Lei nº. 2, de 2 de fevereiro de 1999.

Referida proposição não recebeu emendas durante o prazo regimental.

Quanto aos dispositivos regimentais, nada temos a opor, pois nota-se que a propositura preenche todos os requisitos necessários.

Do ponto de vista legal e constitucional, encontra-se em consonância com as disposições vigentes.


Assim, da análise procedida, verificamos que não existem impedimentos para a sua tramitação.

Desta forma, julgamos que o presente projeto está apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 1999.


MILTON ANTONIO VITTE
RELATOR


LUIZ CARLOS CEZARIO
PRESIDENTE


PAULO ADALBERTO PERUCHI
MEMBRO



CORDEIROPOLIS - SP

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA E MEIO AMBIENTE

Parecer sobre o Projeto de Lei nº. 2, de 2 de fevereiro de 1999.

Colocado em pauta pelo prazo regimental, não recebeu emendas.

Decorrido este prazo, o projeto foi enviado à Comissão de Justiça que, não encontrando impedimentos jurídico-constitucionais ou legais, opinou favoravelmente.

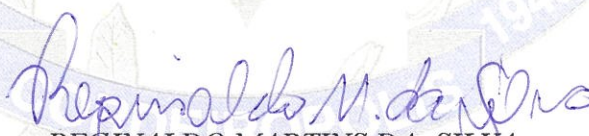
Dando continuidade ao processo legislativo, foi encaminhada a esta Comissão, para que opinasse sobre o mérito do projeto. De nossa parte, concordamos com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente.

Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº. 2, de 2 de fevereiro de 1999.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 1999.

TERESINHA ANGÉLICA GOMES DE SOUZA
RELATOR


REGINALDO MARTINS DA SILVA
PRESIDENTE


PAULO ADALBERTO PERUCHI
MEMBRO



CORDEIROPOLIS - SP

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer sobre o Projeto de Lei nº. 2, de 2 de fevereiro de 1999.

Colocado em pauta pelo prazo regimental, não recebeu emendas.

Decorrido este prazo, o projeto foi enviado à Comissão de Justiça que, não encontrando impedimentos jurídico-constitucionais ou legais, opinou favoravelmente.

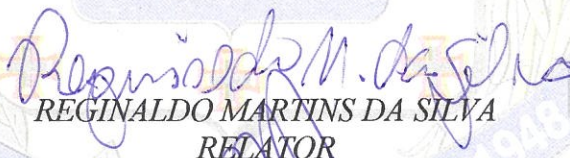
Dando continuidade ao processo legislativo, foi encaminhada à Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente, para que opinasse sobre o mérito do projeto, o qual fez favoravelmente.

De nossa parte, não encontramos nenhum impedimento de natureza financeira ou orçamentária que embarace a aprovação do referido projeto, concordando com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente.

Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº. 2, de 2 de fevereiro de 1999.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 1999.


REGINALDO MARTINS DA SILVA
RELATOR


MILTON ANTONIO VITTE
PRESIDENTE


PAULO ADALBERTO PERUCHI
MEMBRO



CORDEIRÓPOLIS - SP

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final do Projeto de Lei nº. 2, de 2 de fevereiro de 1999, de autoria do Executivo.

Como não houve propostas de emendas ou alterações, mantenha-se a redação original.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 1999.



LUIZ NARDINI
RELATOR



JOSÉ SÉRGIO ZANETTI
PRESIDENTE



JOÃO BATISTA DE MATTOS
MEMBRO



RECEBI
Cordeirópolis 18 de fevereiro de 1999
[Assinatura]

AUTÓGRAFO Nº. 2013

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO À ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A., DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO CONJUNTO HABITACIONAL "SANTA LUZIA", DESTA CIDADE, CONFORME ESPECIFICA.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

Artigo 1º. - Fica o Município de Cordeirópolis autorizado a doar à **ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**, a rede de energia elétrica e iluminação pública, do Conjunto Habitacional "Santa Luzia", desta cidade, tudo conforme croqui de locação em anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei, com encargos de manutenção permanente, às expensas da donatária.

Artigo 2º. - O Município adotará as providências de caráter contábil e administrativo, necessários à formalização da desincorporação patrimonial.

Artigo 3º. - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

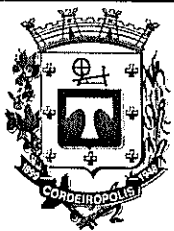
Artigo 4º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº. 1796, de 17 de novembro de 1993.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 18 de fevereiro de 1999.

[Assinatura]
HAROLDO DE JESUS MENEZES
- Presidente -

[Assinatura]
LUIZ NARDINI
- 1º. Secretário -

[Assinatura]
REGINALDO MARTINS DA SILVA
- 2º. Secretário -



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

LEI Nº 1947 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO À ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A., DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DO CONJUNTO HABITACIONAL "SANTA LUZIA", DESTA CIDADE, CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei

Artigo 1º - Fica o Município de Cordeirópolis autorizado a doar a **ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**, a rede de energia elétrica e iluminação pública, do Conjunto Habitacional "Santa Luzia", desta cidade, tudo conforme croqui de locação em anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei, com encargos de manutenção permanente, às expensas da donatária.

Artigo 2º - O Município adotará as providências de caráter contábil e administrativo, necessários a formalização da desincorporação patrimonial.

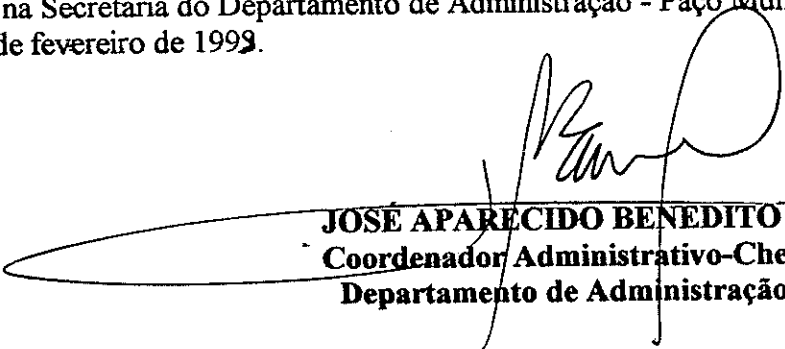
Artigo 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1796, de 17 de novembro 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 18 de fevereiro de 1999, 50º da Emancipação Político-Administrativa do Município.


ELIAS ABRAHÃO SAAD
-Prefeito Municipal-

Publicada e registrada na Secretaria do Departamento de Administração - Paço Municipal de Cordeirópolis, em 18 de fevereiro de 1999.


JOSÉ APARECIDO BENEDITO
Coordenador Administrativo-Chefe
Departamento de Administração

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis

LEI Nº 1947
DE 18 DE FEVEREIRO DE 1999.

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO À ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A., DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DO CONJUNTO HABITACIONAL "SANTA LUZIA", DESTA CIDADE, CONFORME ESPECÍFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município de Cordeirópolis autorizado a doar a **ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**, a rede de energia elétrica e iluminação pública, do Conjunto Habitacional "Santa Luzia", desta cidade, tudo conforme croqui de locação em anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei, com encargos de manutenção permanente, as expensas da donatária.

Artigo 2º - O Município adotará as providências de caráter contábil e administrativo, necessários a formalização da desincorporação patrimonial.

Artigo 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1796, de 17 de novembro 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 18 de fevereiro de 1999, 50ª da Emancipação Político-Administrativa do Município.

ELIAS ABRAHÃO SAAD
-Prefeito Municipal-

Publicada e registrada na Secretaria do Departamento de Administração - Paço Municipal de Cordeirópolis, em 18 de fevereiro de 1998.

JOSÉ APARECIDO BENEDITO
Coordenador Administrativo-Chefe
Departamento de Administração